



Propostas a serem avaliadas – 29 set/2020

RELATÓRIO GT's

Novas Propostas	ENCAMINHAMENTOS / PROPOSTAS DA MESA
ORGANIZAÇÃO DO ANO ESCOLAR	
1 - GT AF 2 - Consulta pública à cidade para entender qual é o desejo das famílias em relação ao 9º ano e demais anos de permanência no ano ou de condução ao ano letivo posterior.	A mesa considera vencida devido a portaria 138/2020 e as votações que se seguiram na última assembleia.
2 - GT AF 2 - Não haver diferenciação em relação aos estudantes do 9º ano – sem retenção – e que possam cursar o ensino médio que seja 2 anos em 1 em escola estadual. 3 - GT AF 2 - Que os estudantes permaneçam no mesmo ano pensando as necessidades no momento do retorno – fazendo 2 anos em 1 em escolas municipais, inclusive o 9º ano.	A mesa considera vencida devido a portaria 138/2020 e as votações que se seguiram na última assembleia. *OBS.
4 - GT AF 3 - Não fazer defesa da reprovação automática.	

RETORNO AS AULAS E SEGURANÇA SANITÁRIA

1 - “Todas as propostas que tratam de retorno as aulas presenciais devem ser discutidas e reelaboradas em favor de se aguardar uma total segurança sanitária para o retorno presencial”.

2 - Não existem protocolos possíveis de retorno presencial neste momento. Portanto nos manifestamos contrários ao retorno presencial das escolas.

3 - Que a volta às aulas presenciais com alunos, professores e trabalhadores em educação seja com segurança e garantia de vacina, respeitando assim a vida e dignidade de todos os envolvidos.

4 - Caso haja obrigatoriedade de volta as aulas presenciais devemos nos colocar contrários, inclusive com uma greve.

5 - GT AF 3, GT6 - Retorno às aulas presenciais somente com vacina.

6 - Retorno Presencial de alunos, professores e demais trabalhadores nas Escolas Públicas Municipais somente com vacina. (GT15)

7 - GT AF 3 - Caso o trabalhador docente entender que não há segurança sanitária de entrar na sala ele pode se nega a entrar.

9 - GT AI 2 - Reivindicar aumento de profissionais na escola para garantir a segurança sanitária.

Proposta da sistematização: Considerando que nesse momento não existem protocolos possíveis de retorno presencial que garanta a saúde dos trabalhadores e de toda a comunidade escolar, nos manifestamos contrários ao retorno presencial das aulas. Propostas de retorno das aulas presenciais devem ser discutidas e elaboradas apenas quando existirem condições sanitárias para isto: redução considerável do número de infectados e mortos; medidas eficazes como testagem em todos os trabalhadores em educação e alunos da rede pública de ensino e vacinação contra COVID-19.

<p>10 - Reafirmar a não entrega de material físico com qualquer finalidade, seja de interação com a comunidade ou com conteúdo curricular. (GT 4)</p>	<p>Proposta da sistematização: Reafirmar a não entrega de material físico com qualquer finalidade (interação com a comunidade ou com conteúdo curricular), pois além de risco para a saúde das famílias e dos Trabalhadores em Educação, consideramos imprescindível a presença de um professor para mediar o processo de ensino/aprendizagem, exceto para os anos finais (5, 9 e EJA certificação) devido as votações que se realizaram após a publicação da portaria 138.</p>
<p>11 - Além de ser um risco à saúde, é necessário a presença de um professor para mediar o ensino. (GT 4)</p>	
<p>12 - Garantia de um período apropriado de acolhimento emocional aos estudantes e professores, após o retorno, com profissionais da saúde e assistência social. (GT11)</p>	
<p>MANUTENÇÃO DE VÍNCULOS COM A COMUNIDADE</p>	
<p>1 - Que o sindicato organize um trabalho de conscientização com as comunidades escolares que coloque as dificuldades do momento, o que estamos fazendo no teletrabalho, como não abandonamos o estudo para a reorganização do trabalho na nossa volta. Neste momento nossa tarefa é informar, esclarecer, manter vínculos possíveis com a comunidade. Não podemos transformar o momento de pandemia em um momento de maior exclusão escolar.</p> <p>2 - Elaborar estratégias com as famílias das nossas comunidades escolares sobre o debate em relação as questões do homeschooling; das empresas que tem interesse na privatização da educação – colocar isso para debate nas famílias – como a pandemia escancarou as desigualdades sociais;</p>	<p>Proposta da mesa (junção das propostas 1 e 2):</p> <p>Que o sindicato organize uma campanha de conscientização com as comunidades escolares que trabalhe as dificuldades do momento, explicito o que os professores e professoras estão fazendo no teletrabalho, esclarecendo sobre a manutenção de vínculos e sobre a exclusão que o ERE representa, além de debater questões referentes ao homeschooling e sobre a privatização da educação.</p>

<p>3 - Construção coletiva entre professores (pelo Sind-Rede), familiares e SMED/PBH de um eixo norteador comum para prestação de educação para os estudantes durante o período de ausência das aulas presenciais, neste momento de pandemia. (GT13)</p>	
<p>4 - GT EI 1- 1 - Vínculo não invasivo com as famílias sem divulgar nas redes sociais as reuniões gravadas em vídeos com a equipe pedagógica e nem os encontros com as famílias.</p>	
<p>5 - GT EI 1- 10 – Indicar jogos e brincadeiras para que as famílias interajam com as crianças de maneira lúdica e não “atividades em folha” que “levem” a escola pra dentro de casa. Propor para as famílias momentos de formação para compreender através de indicativos de jogos e brincadeiras os eixos que fundamentam os direitos de aprendizagem para bebês e crianças de 0 a 5 anos que são: conviver, brincar, participar, explorar, expressar e conhecer-se.</p>	
<p>6 - GT EI 1- 13 – Propor uma reunião no zoom para discussão de como alcançar as famílias. Como melhorar a comunicação entre família e escola.</p>	
<p>7 - GT AF 1 - Realizar rodas de conversa com nossos alunos, em especial do 8º e 9º ano.</p>	
<p>8 - GT AF 1 - Aproveitar a pandemia para discutir e trabalhar interdisciplinarmente com temas relevantes como diversidades cultura, relações étnico-raciais, pandemia, cultura, Fake News etc.</p>	
<p>9 - GT AF 1 - Investir na conscientização política dos alunos da rede, escutá-los, incluí-los, incentivá-los a se organizar.</p>	

<p>10 - GT AF 3 - Independentemente das atividades a distância que forem feitas durante a pandemia, esse tempo não pode ser computado como letivo.</p>	<p>Proposta da mesa (junção das propostas 10 e 11):</p> <p>Mesmo que algumas escolas descumpram as orientações definidas pela categoria no I e II seminário Educação e Desafios em Tempos de Pandemia, desconsiderando a perspectiva apenas de interação com a comunidade, que o tempo destinado à realização de atividades a distância não seja computado como letivo.</p>
<p>11 - GT AI 3- Permanece a perspectiva de interação com a comunidade, mas sem ser considerada atividade letiva.</p>	
<p>12 - GT EJA e GT AEE: 06 - As escolas podem organizar coletivos temáticos que envolvam a readequação da Proposta Pedagógica e curricular, levando em consideração os estudantes e Trabalhadores em Educação com deficiência.</p>	<p>Proposta da mesa (junção das propostas 12, 13, 14 e 15):</p> <p>Que as escolas organizem coletivos temáticos embasados nas deliberações aprovadas no seminário, contrário a EAD e ao ERE, que envolvam a readequação da Proposta Pedagógica e curricular, pensando nas especificidades de todos os estudantes e Trabalhadores em Educação cobrando da Prefeitura a inclusão digital em todas as periferias.</p>
<p>13 - GT AF 3 - Não antecipar reuniões com a comunidade sem a escola estar devidamente organizada através das deliberações aprovadas no seminário.</p>	
<p>14 - GT AI 2- O Sind-Rede BH deve organizar, junto com os trabalhadores em educação das escolas, por regionais, reuniões com pais, mães e responsáveis para iniciar ou fortalecer a organização das famílias.</p>	
<p>15 - GT AF 3 - Manter posição contrária ao EAD e ou ensino remoto emergencial. Sem aulas e ou atividades conteudistas nesse momento.</p>	
<p>16 - GT AI 1- Inclusão digital [internet para todos, pontos de internet pública nas periferias das cidades, complemento salarial para pagamento da internet dos trabalhadores em educação e disponibilização de computadores para os trabalhadores em educação e estudantes;</p>	<p>Proposta da mesa (junção das propostas 16, 17 e 18):</p> <p>Que a prefeitura disponibilize internet para todos, pontos de internet pública nas periferias das cidades, complemento salarial para pagamento da internet aos trabalhadores em teletrabalho, disponibilização de</p>

17 - GT AI 3- Inclusão digital: internet para todos, pontos de internet pública nas periferias das cidades, complemento salarial para pagamento da internet dos trabalhadores em trabalho remoto, disponibilização de computadores para os trabalhadores e formação para utilização das tecnologias.

computadores para trabalhadores e alunos que necessitarem, bem como formação para utilização das tecnologias.

18 - GT AI 3- Reafirmar que a inclusão digital é importante, mas não resolve o problema educacional, bem como não substitui a relação professor-aluno.

FORMAÇÃO

1 - O sindicato deve constituir-se como polo articulador de ações coletivas da categoria em relação a sua formação e em relação ao trabalho de formação das comunidades escolares. O sindicato deve articular junto à categoria núcleos de debate e formulação de propostas para a formação dos profissionais das escolas que conecte a realidade histórica atual, a necessidade de transformação social e educacional com a construção ou fortalecimento de eixos político pedagógicos de trabalho com os estudantes coerentes com a tarefa de transformação social radical. Questões relacionadas à compreensão científica como a constituição do universo, do planeta (redondo), da vida e dos humanos, a dialética da natureza, o trabalho humano como liberdade humana, a realidade sócio econômica capitalista do Brasil e do mundo, as opressões e discriminações sociais, de gênero, de raça, de classe, de sexualidade, de cultura de religião. As questões relacionadas à destruição do meio

ambiente. As questões do espaço caótico urbano, moradias, saneamento, violência policial, transporte. A questão do poder e o limite estreito da democracia burguesa, da participação formal eleitoral, das experiências de poder popular e coletivo na história, da arte e da cultura como instrumento de sensibilização e consciência para a ação transformadora de si e da sociedade, entre tantas outras coisas. Esses núcleos, além de reuniões e debates entre os membros da categoria pode trazer contribuições externas de outras entidades organizativas, de partidos, de universidades, etc, constituindo-se numa teia de formação político-pedagógica para a transformação social anticapitalista. (GT1)

2 - Realizar lives que possam responder as questões colocadas pelos trabalhadores na live do dia 01/09/2020 sobre o teletrabalho. (GT2)

3 - Que o sindicato organize formações que ajudem a categoria a conhecer e utilizar as plataformas de conteúdo aberto que podem ser uma alternativa as empresas de colonialismo digital.

4 - Que o sindicato promova cursos de formação político sindical sobre a história do sindicato e de nossas lutas.

II SEMINÁRIO DIRETORES DE EDUCAÇÃO E DESAFIOS EM TEMPOS DE PANDEMIA
PROPOSTAS AINDA NÃO APROVADAS

5 - GT EI 1- 2- Que o sindicato divulgue e discuta com a categoria a Nota Técnica do Ministério Público do Trabalho, publicada no dia 17/06/20, que tem como defesa a saúde e demais direitos fundamentais de professoras e professores quanto ao trabalho por meio de plataformas virtuais e/ou em home office durante o período da pandemia da doença infecciosa COVID-19. Aprofundar a discussão e divulgar as defesas a saúde e demais direitos fundamentais das professoras e professores durante o período do isolamento social causado pela pandemia.

6 - GT Terceirizados: Propostas da Cartilha com destaques:

17- Acrescentar no texto:

Devemos exigir da smed bem como da empresa de terceirização MGS, formação de todos os funcionários nas suas e em todas as especificidades visando a possibilidade da criação de plano de carreira que leve a um melhor entendimento da responsabilidade de cada função. Com isso teremos funcionários sempre em formação assim como os diversos cursos que são oferecidos aos professores no plano pedagógico

Os cursos de formação devem dar amplitude de conhecimento para o crescimento intelectual e mantenedor das pessoas com a finalidade de excelência em atendimento a comunidade com sua especificação levando ao convívio igualitário

Proposta da mesa (reescrita da proposta 6):

Que o sindicato exija da SMED e da MGS, que ofereçam as Trabalhadoras e aos Trabalhadores terceirizados formação específica referente a cada uma das funções desempenhadas, a fim de ampliar o conhecimento e melhorar o desempenho, visando excelência no atendimento à comunidade.

TELETRABALHO

1 - GT EI 1- 3 - O relatório de teletrabalho não pode ser adulterado por qualquer pessoa. No campo onde está escrito, entre parênteses, “caso houver” a professora deve colocar: “Não se aplica em acordo com a Portaria 110/2020. E que a gestão não exija nada além da planilha, determinada pela portaria, e não exija certificado ou relatório de lives assistidas como formação complementar.

3 - GT EJA e GT AEE: 07 - Aproveitamento do momento de teletrabalho para fortalecer o Projeto Político Pedagógico das escolas, respeitando o princípio da autonomia em diálogo com as outras instituições que possam auxiliar na reflexão sobre Saneamento, Alimentação, Saúde, Segurança e Trabalho, questões importantes para a Comunidade Escolar. Devendo estar atentos à diversidade da Comunidade Escolar (gênero, pessoas com deficiência, etc.).

CONJUNTURA

- Esse seminário reafirma o caráter estrutural da crise do sistema capitalista, aprofundado pela pandemia de covid-19. O que quer dizer que mesmo com a futura redução significativa de tal infecção, seus efeitos sobre a sociedade do capital, sobretudo nas periferias do sistema como o Brasil e América Latina, África, etc, continuarão e aprofundarão ainda mais os níveis de miséria, desemprego e caos social e natural.

Tal processo de decadência acelera exponencialmente a marginalização e exclusão de grandes contingentes sociais no mundo e, claramente isso terá total reflexo na área da educação pública como a rede municipal de BH. Mas, não só isso. Também significa um limite histórico profundo do capitalismo como organização social que não consegue promover o desenvolvimento e a liberdade plenos da grande maioria dos seres humanos e que precisa ser substituído por uma nova ordem social, baseada na socialização e coletivização dos

principais recursos produtivos de bens e serviços da sociedade, com garantia de acesso igualitário de todas as criações do conhecimento científico, das tecnologias, da arte e da cultura para todas e com a decisão livre de todas. (GT1)

Esse seminário, portanto, se posiciona contrário às ações irresponsáveis de flexibilização do isolamento social e a retomada de aulas ou atividades presenciais nas escolas anunciadas por alguns governantes, como política mais escrachada de setores do capital contra as classes trabalhadoras. Mas, mais do que isso, também se posiciona contrário às ações do capital diante de tal situação histórica caótica com propostas de formação de trabalhadores e das classes populares para o caos. Tais ações são desenvolvidas, sistematizadas e difundidas por organismos e organizações como Unicef, ONU, coalização “Todos pela Educação”, Instituto Casa Grande, Instituto Ayrton Senna, Fundação Leman, etc. As propostas giram em formar competências para que os trabalhadores continuem produzindo e sob controle social das classes dominantes mesmo diante da retirada de direitos, com ampliação do desemprego, com redução dos serviços e políticas sociais. Para além das competências em recursos das TICs, a formação dos trabalhadores deve garantir que esses “saíam de fábrica” (Viviane Senna referindo-se à escola) com competências como flexibilidade, receptividade ao novo, imaginação criativa, foco, disciplina, persistência, resistência à frustração, amabilidade, confiança, empatia, trabalho em rede, trabalho colaborativo e auto-gestionado (vestir a camisa da empresa). Na verdade, são nomes genéricos de muitas das capacidades desenvolvidas socialmente na história humana, mas que sofrem profundas distorções e limitações quando instrumentalizadas pelos interesses de acumulação do capital e perpetuação de sua ordem social. Essas propostas não são novas, assim como também são anteriores à pandemia, a outra face dessa moeda velha, as propostas irracionalistas anticientíficas e “escola sem partido”. (GT1)

- Portanto, diante dessa realidade atual, categorias profissionais setorializadas como a nossa devem caminhar cada vez mais para a unidade com o conjunto das classes trabalhadoras (incluindo desempregados e trabalho precário) no sentido de promover um movimento anticapitalista onde o setor da educação terá importância fundamental contribuindo na formação e conscientização científica, política e ideológica (de classe) da base social dos trabalhadores que compõem sua comunidade escolar. (GT1)

II SEMINÁRIO DIRETA
PROPOSTA

MOÇÃO

GT AI2. Moção de repúdio a fala da secretária sobre a avaliação das direções de escola.

A secretária Ângela Dalben, em reunião com diretores e diretoras de escolas realizada no dia 28/08, declarou que as direções das escolas municipais serão julgadas pela quantidade de estudantes e famílias que conseguiram integrar a seus projetos educacionais com o teletrabalho. Ela ainda faz alusão a uma fala recente do prefeito Alexandre Kalil de que os prefeitos serão julgados pelo número de mortos pela Covid 19 nas cidades que governam.

Nós, trabalhadores em educação de BH, reunidos no II Seminário “Direito à Educação e Desafios em Tempos de Pandemia”, de 31/08 a 29/09, repudiamos a postura da secretária. Ressaltamos que a responsabilidade pelo contato com as famílias não pode ser exclusivamente das direções e profissionais das escolas. Cabe ao poder público exercer o seu papel de garantia da Educação para todos, como prevê o artigo 205 da Constituição Federal. Além disso, também é de responsabilidade do poder público garantir condições técnicas e financeiras para viabilizar o acesso a essas famílias.

Vivemos num sistema excludente onde não há garantia de direitos básicos para a maioria da população brasileira, tampouco o direito à inclusão digital. Essa situação é exacerbada neste momento de pandemia quando a crise e o desemprego afetam diretamente as famílias atendidas pelas escolas municipais.

Ao invés de jogar essa responsabilidade para as escolas a SMED deveria assumir seu papel de gestor público perante às famílias e estudantes da Rede Municipal de Educação, garantindo as condições para que “nenhum estudante fique de fora”.

II SEMINÁRIO DIREITO À EDUCAÇÃO E DESAFIOS EM TEMPOS DE PANDEMIA
PROPOSTAS AINDA NÃO APROVADAS